

# Assistência de enfermagem ao pré-natal às mulheres vivendo em cárcere privado no Brasil

Prenatal nursing care for women living in private prison in Brazil

Atención de enfermería prenatal para mujeres que viven en prisión privada en Brasil

Recebido: 16/01/2023 | Revisado: 15/02/2023 | Aceitado: 24/05/2023 | Publicado: 29/05/2023

**Bianca Souza de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4224-1403>

Universidade Tiradentes, Brasil

E-mail: [biancaoliveira5@gmail.com](mailto:biancaoliveira5@gmail.com)

**Rita de Cácia Bezerra Lemos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8028-2460>

Universidade Tiradentes, Brasil

E-mail: [ritablemos23@gmail.com](mailto:ritablemos23@gmail.com)

**Fernanda Dantas Barros**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9155-1665>

Universidade Tiradentes, Brasil

E-mail: [nanda-dantas@hotmail.com](mailto:nanda-dantas@hotmail.com)

**Maria Paula Reis Futuro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5268-3558>

Universidade Tiradentes, Brasil

E-mail: [paulinha.futuro@hotmail.com](mailto:paulinha.futuro@hotmail.com)

**Fernanda Kelly Fraga Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9094-6128>

Universidade Tiradentes, Brasil

E-mail: [fernandadaponte@hotmail.com](mailto:fernandadaponte@hotmail.com)

## Resumo

**Objetivos:** Avaliar a assistência de enfermagem e compreender as fragilidades enfrentadas por mulheres no período gestacional no cárcere privado. **Justificativa:** O presente estudo fundamenta-se pela necessidade de melhorias nos cuidados à saúde das mulheres encarceradas, seguindo os direitos das políticas públicas dos serviços de saúde e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), associado aos poderes executivo, legislativo e judiciário do Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, realizada através do levantamento dos artigos, por meio das bases de dados: BVS, SciELO, BDENF, LILACS e Medline. Para a busca, foram selecionadas literaturas entre os anos de 2017 a 2022, em idiomas português e inglês. **Resultado:** A assistência de enfermagem enfrenta barreiras que impactam negativamente na prestação de serviço humanizado e integral. Em consoante, as mulheres que vivem em cárcere lidam com condições de má higiene, violência institucional constante, comprometimento da saúde mental e física, nutrição inadequada, julgamentos, preconceitos em casos de homossexualidade, uso de algemas, dificuldade de locomoção extramuros e não possuem celas específicas para atender as necessidades durante o período gestacional. **Conclusão:** A atuação de enfermagem ao pré-natal no ambiente prisional, encontra-se em destaque na prestação de serviço, mesmo enfrentando dificuldades como falta de recursos materiais e humanos, tornando-se uma questão de saúde pública no Brasil. Consequentemente, as gestantes que vivem no cárcere privado vivenciam consultas de pré-natal inadequadas que intensificam suas fragilidades e vulnerabilidades durante o período gravídico-puerperal.

**Palavras-chave:** Cuidado pré-natal; Prisões; Gestantes; Saúde da mulher; Cuidados de enfermagem.

## Abstract

**Objectives:** To evaluate nursing care and understand the weaknesses faced by women during pregnancy in private prison. **Justification:** The present study is based on the need for improvements in the health care of incarcerated women, following the rights of public health services policies and the principles of the Unified Health System (SUS), associated with the executive, legislative and judicial powers from Brazil. **Methodology:** This is an integrative review, carried out through the survey of articles, through the databases: BVS, SciELO, BDENF, LILACS and Medline. For the search, literature between the years 2017 to 2022, in Portuguese and English, was selected. **Result:** Nursing care faces barriers that negatively impact the provision of a humanized and comprehensive service. Accordingly, women who live in prison deal with conditions of poor hygiene, constant institutional violence, impairment of mental and physical health, inadequate nutrition, judgments, prejudice in cases of homosexuality, use of handcuffs, difficulty in moving outside the walls and do not have cells. specific to meet the needs during the gestational period. **Conclusion:** The performance of prenatal nursing in the prison environment is highlighted in the provision of services, even facing difficulties such as

lack of material and human resources, becoming a public health issue in Brazil. Consequently, pregnant women living in private prison experience inadequate prenatal consultations that intensify their weaknesses and vulnerabilities during the pregnancy-puerperal period.

**Keywords:** Prenatal care; Prisons; Pregnant women; Women's health; Nursing care.

### Resumen

**Objetivos:** Evaluar el cuidado de enfermería y comprender las debilidades que enfrentan las mujeres durante el embarazo en prisión privada. **Justificativa:** O presente estudo fundamenta-se pela necessidade de melhorias nos cuidados à saúde das mulheres encarceradas, seguindo os direitos das políticas públicas dos serviços de saúde e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), associado aos poderes executivo, legislativo e judiciário de Brasil. **Metodología:** Se trata de una revisión integradora, realizada a través del levantamiento de artículos, a través de las bases de datos: BVS, SciELO, BDNF, LILACS y Medline. Para la búsqueda, se seleccionó literatura entre los años 2017 a 2022, en portugués e inglés. **Resultado:** El cuidado de enfermería enfrenta barreras que impactan negativamente en la prestación de un servicio humanizado e integral. En consecuencia, las mujeres que viven en prisión enfrentan condiciones de mala higiene, violencia institucional constante, deterioro de la salud mental y física, nutrición inadecuada, juicios, prejuicios en casos de homosexualidad, uso de esposas, dificultad para moverse fuera de los muros y no tienen celdas. .específicos para cubrir las necesidades durante el período gestacional. **Conclusión:** La actuación de la enfermería prenatal en el ambiente penitenciario se destaca en la prestación de servicios, incluso enfrentando dificultades como la falta de recursos materiales y humanos, convirtiéndose en un problema de salud pública en Brasil. En consecuencia, las mujeres embarazadas que viven en la prisión privada experimentan consultas prenatales inadecuadas que intensifican sus debilidades y vulnerabilidades durante el período embarazo-puerperio.

**Palabras clave:** Atención prenatal; prisiones; Mujeres embarazadas; La salud de la mujer; Cuidado de enfermera.

## 1. Introdução

O Brasil ocupa o 3º lugar no ranking mundial de pessoas em situação de cárcere, tendo um total de 835.643 detentos (World Prison Brief, 2021). Em relação à população feminina, os indicadores do Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) do primeiro semestre de 2022 mostraram o número alarmante de 28.699 mulheres que viviam nessa condição no Brasil, sendo que 164 eram gestantes (SISDEPEN, 2022). Analisando os perfis, majoritariamente, percebe-se que são jovens que iniciaram precocemente a vida sexual, negras/pardas, têm situações socioeconômicas e escolaridade baixa e, coabitam com a violência prematuramente. Posteriormente, esses fatores interferem nas condições de saúde destas mulheres (de Brito Braga et al., 2021).

O crescente percentual de mulheres encarceradas eleva os riscos de agravos à saúde e o número de detentas no período gravídico-puerperal, sendo a prestação da assistência de enfermagem uma problemática de saúde pública no Brasil (Araújo et al., 2020; Rodrigues et al., 2021). Dessa forma, para garantir os direitos à saúde da mulher no sistema prisional, a atual Lei 14.326 de 12 de Abril de 2022 estabelece que as prisioneiras gestantes, parturientes e puérperas devem receber todo monitoramento e tratamento durante toda a gestação (Brasil, 2022).

O pré-natal é um método de assistência multidisciplinar, que consiste em estratégias agrupadas de cuidados direcionados a gestante e ao conceito, que visa identificar, prevenir e tratar quaisquer patologias que possam acarretar riscos para a gestação, à saúde da mulher e do companheiro durante todo o período gravídico-puerperal. Em consoante, é um momento ímpar na vida da mãe e/ou casal que possibilita, além de acolhimento, apoio, sigilo, privacidade, escuta à gestante e, criação de vínculo entre profissional e paciente (Sehnm et al., 2020).

Nesse contexto, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), destaca que todas as mulheres encarceradas têm princípios e diretrizes estabelecidas que asseguram o atendimento e avaliação clínica humanizada durante a gravidez, parto e puerpério (Brasil, 2014). Logo, o Ministério da Saúde preconiza que as gestantes devem iniciar o pré-natal no 1º trimestre e efetuar no mínimo 6 consultas assistenciais que devem ser registradas na caderneta. Dessa maneira, é essencial realizar todos os métodos de adesão, bem como escuta qualificada, encaminhamento e acompanhamento com a equipe multiprofissional (de Lima Rocha et al., 2021).

A acessibilidade da assistência ao pré-natal é direito de todas as mulheres e vivenciada por gestantes que se encontram em liberdade, porém, as mães do sistema penitenciário não vivem a mesma realidade. Diariamente, estão expostas a um ambiente hostil, infraestrutura e segurança inadequada, déficit do cuidado à saúde, superlotação de celas, violência frequente e insegurança perante o futuro delas e dos bebês (Matos et al., 2018). Consequentemente, a assistência de enfermagem também enfrenta fragilidades corriqueiramente, como a falta de insumos, estruturas inadequadas e baixo quantitativo de profissionais, que impossibilita uma prestação de serviço de qualidade (Félix et al., 2017).

Nesse cenário, com a privação dos direitos de saúde das detentas, destaca-se a necessidade do olhar holístico e humanizado da equipe de enfermagem e multiprofissional durante a promoção, prevenção e tratamento de doenças na realização do pré-natal, para que elas, acompanhantes e os bebês tenham os seus direitos assegurados, já que o fato de ser mulher e presidiária aumentam a vulnerabilidade (da Silva et al., 2021).

Sendo assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade de melhorias nos cuidados à saúde das mulheres encarceradas, seguindo os direitos das políticas públicas dos serviços de saúde e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), associado aos poderes executivo, legislativo e judiciário do Brasil. Portanto, objetiva avaliar a assistência de enfermagem e compreender as fragilidades enfrentadas por mulheres no período gestacional no cárcere privado.

## 2. Metodologia

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa, método que utiliza para a fundamentação teórica, a síntese e avaliação minuciosa dos dados evidenciados nas literaturas estudadas. Dessa forma, deu-se por meio da construção de 6 etapas: (1) Definição do tema ou elaboração da questão norteadora; (2) Seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão; (3) Síntese das informações das informações literárias; (4) Análise minuciosa dos resultados obtidos; (5) Discussão dos principais resultados; (6) Apresentação das evidências e conclusões do estudo (de Sousa et al., 2017). Sendo assim, o estudo trata-se da análise descritiva qualitativa que consiste no método de pesquisa que faz necessário compreender/interpretar as informações de forma sistematizada para o planejamento teórico da revisão (Pitanga, 2020).

Consequente a esta primeira fase, foi elaborada a questão norteadora a fim de responder a seguinte pergunta: Quais os desafios enfrentados pela equipe de enfermagem e as mulheres no acompanhamento do pré-natal no sistema carcerário?

A coleta de dados ocorreu no período de 06 de setembro de 2022 a 26 de outubro do corrente ano. Nesse ínterim, foi realizado o levantamento dos artigos, por meio das bases de dados, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), Medline e Literatura latino-americana (LILACS). Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Cuidado pré-natal”; “Prisões”; “Gestantes”; “Saúde da Mulher”; “Cuidados de Enfermagem” acompanhado do operador booleano AND e OR, para combinação seguindo cruzamento das palavras (Quadro 1).

A partir dos termos descritos da pesquisa, os critérios de inclusão utilizados foram intervalo do ano de publicações de 2017 a 2022, textos completos, idioma em português e inglês. Em contrapartida, os critérios de exclusão consistiram em estudos duplicatas, trabalho de conclusão de curso, tese, dissertação e limitação de acesso ao arquivo (Figura 1).

Sendo assim, os artigos passaram por uma triagem e em seguida foram avaliados de forma criteriosa, a fim de selecionar aqueles que melhor abordam o tema e foram tabulados conforme: autor, ano, título, tipo de estudo, objetivo, resultado e nível de evidência (Quadro 2).

Os níveis de evidências são indicadores de confiança que avaliam critérios de qualidade e informações presentes nas literaturas. Sua classificação ocorre em 7 níveis, sendo eles I - Metanálise dos resultados de estudos; II- Derivado de apenas um ensaio clínico detalhado; III- Ensaio clínico não randomizados; IV- Proveniente de estudos de coorte e caso- controle; V-

Estudo descritivo e qualitativo de uma revisão sistemática; VI- Derivada de somente uma revisão descritiva ou qualitativa; VII- Resultante do ponto de vista do mestre e/ ou relatório de comitês de especialistas (Souza et al., 2017).

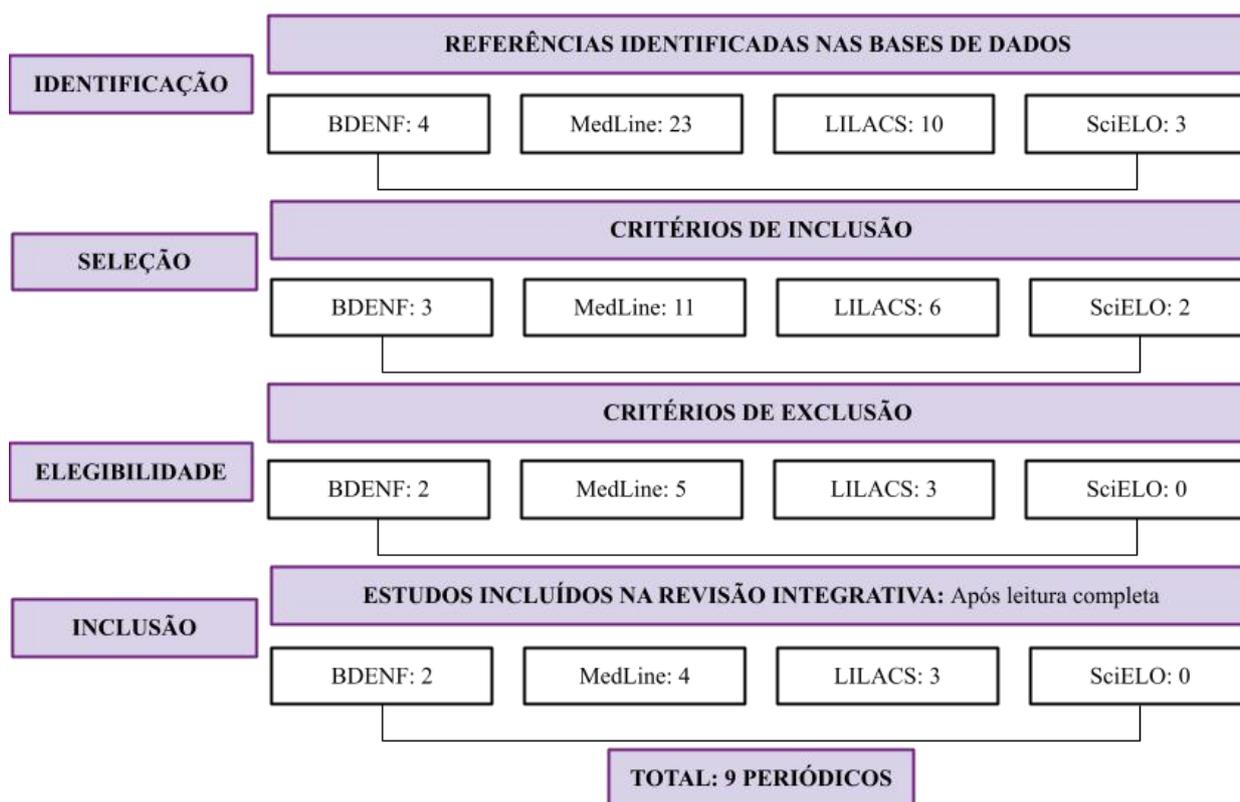
Considerando os aspectos éticos, conforme a resolução 510, de 07 de abril de 2016 não foi necessária a submissão ao comitê de ética e pesquisa (CEP) da Universidade Tiradentes (UNIT), por se tratar de pesquisa que utiliza informações de domínio público (Brasil, 2016).

**Quadro 1** - Cruzamento com os descritores nas bases de dados.

BASE DE DADOS	PORTUGUÊS
BVS	("Cuidado Pré-Natal") AND ("Prisões") AND ("Gestantes") OR ("Saúde da Mulher") OR ("Cuidados de Enfermagem")
SciELO	("Cuidado Pré-Natal") AND ("Prisões") AND ("Gestantes") OR ("Saúde da Mulher") OR ("Cuidados de Enfermagem")

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

**Figura 1** - Fluxograma de busca de artigos para a presente revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

### 3. Resultados

Apresenta-se no Quadro 2, 9 (nove) artigos científicos selecionados e detalhados para compor a avaliação de dados da pesquisa. Do total de publicações, 5 artigos foram publicados no idioma português e 4 em idioma inglês. Os estudos encontrados de acordo com o levantamento apresentaram maior concentração de publicações nos seguintes anos: 2017 (44,44% – 4 publicações), 2021 (22,22% – 2 publicações), 2018 (11,11% – 1 publicação), 2020 (11,11% – 1 publicação) e 2022 (11,11% – 1 publicação).

**Quadro 2 - Apresentação da síntese dos estudos da Revisão Integrativa.**

Autor	Ano	Título	Tipo de estudo	Objetivo	Resultado	Nível de evidência
Jahn & Simes,	2022	Prenatal healthcare after sentencing reform: heterogeneous effects for prenatal healthcare access and equity.	Microdados	1. Examinar o aprisionamento como um fator contextual de receber cuidados pré-natais, avaliando se o atendimento pré-natal precoce e adequado melhorou após a reforma das sentenças criminais da Pensilvânia reduzir as admissões nas prisões.	Após a implementação da política, o atendimento pré-natal precoce aumentou em média e o atendimento pré-natal inadequado diminuiu. Ademais, nos municípios onde as internações diminuíram mais, o pré-natal inadequado melhorou (diminuiu), já nos municípios onde as internações aumentaram após a política, o pré-natal inadequado piorou (aumentou).	VII
Sales et al.,	2021	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa.	Revisão integrativa da literatura.	Analisar as publicações nacionais e internacionais acerca da assistência pré-natal oferecida às mulheres privadas de liberdade.	Os estudos nacionais apontam déficit nas orientações preventivas e cuidados às detentas durante o período gravídico-puerperal. Já as publicações internacionais, relataram encaminhar as gestantes para o serviço especializado de cuidados pré-natal na maioria dos casos.	VI
Nair et al.,	2021	Pregnancy in incarcerated women: need for national legislation to standardize care.	Estudo bibliográfico.	Identificar áreas onde é necessário melhorar e examinar as lacunas legislativas atuais para que possam ser abordadas para garantir que modelos uniformes de atendimento sejam instituídos nas prisões femininas.	Identificou-se que as gestantes encarceradas são uma população vulnerável e o aprimoramento de seus cuidados parece depender de legislação, educação, oferta de atenção integral à saúde e estabelecimento de Mother-Baby Units (MBUs) pós-parto. Apesar da oitava Emenda, deve-se criar legislações federal e estadual para criar um padrão de atendimento às gestantes e puérperas encarceradas, com base em diretrizes estabelecidas por organizações profissionais.	VI
Baldwin et al.,	2020	Pregnant in prison: An integrative literature review.	Revisão integrativa da literatura	1. Identificar as necessidades das mulheres grávidas durante os períodos pré-natal, parto e pós -natal na prisão. 2. Examinar como as necessidades das gestantes encarceradas são atendidas pelas instituições prisionais. 3. Explorar quais serviços de maternidade estão disponíveis e como esses serviços são fornecidos.	As mulheres detentas necessitam de necessidades complexas e práticas institucionais asseguradas em políticas públicas, porém, o acesso a elas é limitado. Embora a retórica seja que a prisão oferece um abrigo seguro e acesso a alguns cuidados de saúde, o apoio formal às grávidas não é respondido de forma centrada na mulher sendo escasso. Nos serviços de maternidade, destaca-se a casa da enfermagem como programa vantajoso no período gravídico-puerperal, porém, é necessário mais pesquisas sobre como melhor responder às necessidades das mulheres grávidas.	VI
Souza et al.,	2018	Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher	Revisão integrativa da literatura.	Analisar na literatura, as ações de Educação e Promoção à Saúde da Mulher praticada pela	De acordo com as detentas não existe acolhimento adequado por parte da equipe de enfermagem e do	VI

		encarcerada: um estudo de revisão integrativa		enfermagem, para mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, no período de pré-natal, parto e puerpério	sistema em geral, visto que quando há a necessidade de transferência, existe uma dificuldade nesse processo, prejudicando o vínculo mãe e do feto/bebê. Em suma, as ações de promoção, prevenção e monitoramento dessas mulheres é precário e ineficaz no período de pré-natal, parto e puerpério.	
Ferreira et al.,	2017	Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina	Estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa.	Analisar e descrever a percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	A enfermagem se destaca como a única categoria que realiza efetivamente o acompanhamento e adesão ao pré-natal das mulheres encarceradas. No entanto, a desumanização da equipe multiprofissional reflete na má qualidade do serviço.	VI
Félix et al.,	2017	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	Revisão integrativa da literatura.	Descrever a atuação do enfermeiro na atenção pré-natal com mulheres em sistema carcerário; identificar dificuldades dos enfermeiros na atenção pré-natal às encarceradas.	O enfermeiro assume destaque nas consultas de enfermagem. Porém, embora existam políticas públicas voltadas às mulheres do cárcere, os enfermeiros enfrentam dificuldades em prestar o cuidado humanizado no pré-natal até o final do período gestacional e, com isso, as gestantes sofrem privação dos seus direitos.	VI
Santana et al.,	2017	Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	Pesquisa de caráter exploratório com delineamento qualitativo.	Compreender as vivências das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência no pré-natal em cárcere.	Durante a gestação existem inúmeras situações que flagelam o sistema prisional, dentre elas, destaca-se a falta de estrutura física adequada visto que, interfere diretamente na qualidade da assistência do pré-natal. Em consideração, as vivências das mulheres nas prisões, a maioria, destacaram o desrespeito, insatisfação, falta de assistência de enfermagem, medo, e a insegurança frente à assistência prestada.	VI
Domingues et al.,	2017	Prevalence of syphilis and HIV infection during pregnancy in incarcerated women and the incidence of congenital syphilis in births in prison in Brazil	Estudo investigativo	Estimar a prevalência de infecção de sífilis e HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) na gravidez, transmissão vertical de sífilis e incidência de sífilis congênita em filhos de mulheres encarceradas no Brasil, comparar as taxas com aquelas observadas em gestantes não encarceradas e verificar os fatores maternos associados à sífilis gestacional em mulheres encarceradas e não encarceradas	As mulheres do sistema carcerário mostraram uma alta prevalência de sífilis e de infecção pelo HIV durante a gravidez, como consequência da falta de acompanhamento adequado ao pré-natal e da vulnerabilidade desta população.	IV

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

#### 4. Discussão

No período gravídico-puerperal, as mulheres necessitam de controle biopsicossocial e adesão ao pré-natal precocemente para o desenvolvimento gestacional e perinatal saudável, sem complicações que afetem adversamente a saúde materna-infantil. Logo, as grávidas do sistema prisional demandam de condutas institucionais e necessidades específicas nesta fase (Baldwin et al., 2020; Jahn & Simes, 2021).

Neste contexto, ressalta-se que, identificar as dificuldades, vulnerabilidades e peculiaridades da população feminina em cárcere, é uma estratégia primordial para oferecer uma assistência de qualidade com ênfase na promoção e prevenção à saúde (Sales et al., 2021). As condições de vulnerabilidade das mulheres e o ambiente da prisão, são circunstâncias que associadas, intensificam os riscos de danos à saúde e aumentam o número de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) (Domingues et al., 2017).

A maioria das unidades prisionais do Brasil asseguram os direitos à saúde das mulheres por meio de leis vigentes e políticas públicas disponibilizadas pelo SUS, mesmo que existam fragilidades em sua aplicabilidade (Sales et al., 2021). Em contrapartida, estudos internacionais apontam que nos Estados Unidos há carência de protocolos para os cuidados pré-natais direcionados às detentas, sendo assim, disponibiliza-se a adesão à assistência seguindo os procedimentos padrões inerentes a mulheres em liberdade, desconsiderando-se as particularidades desta sociedade neste cenário (Nair et al., 2021).

A assistência de enfermagem no sistema penitenciário destaca-se na prestação de serviço, em decorrência ao enfermeiro atuar no gerenciamento do cuidado, intervenções em saúde, consultas, orientações e principalmente na atenção ao pré-natal. Paralelamente, a adesão aos cuidados durante o período gestacional realizado pelo profissional capacitado, possibilita a interação com as gestantes por meio da escuta e condutas humanizadas após entender e atender as necessidades dessa mulher (Félix et al., 2017).

No cenário prisional, as consultas do pré-natal são realizadas, majoritariamente, pelos enfermeiros que desempenham condutas imprescindíveis para o acompanhamento às mulheres grávidas e bebês, como: atualização da caderneta de vacina, verificação dos dados antropométricos, exame físico obstétrico, prescrição de medicamentos, solicitação de exames, encaminhamento para maternidades de referências e acompanhamento das gestantes que apresentam riscos, seguindo os protocolos (Ferreira et al., 2017).

Em decorrência das peculiaridades do ambiente, os cuidados oferecidos durante o pré-natal podem variar de acordo com a unidade carcerária. Desse modo, a equipe de enfermagem lida corriqueiramente com a insegurança, superlotação de celas, carência de consultórios, falta de insumos materiais, espaços insalubres, infraestrutura inapropriada e escassez de profissionais multidisciplinares e capacitados. Consequentemente, o cuidado assistido torna-se inadequado, de forma que o enfermeiro e técnico de enfermagem são geralmente, os únicos profissionais que diariamente prestam cuidado contínuo e de forma significativa às gestantes (Félix et al., 2017; Souza et al., 2018).

Destaca-se, de acordo com a Constituição Federal, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. As detentas gestantes da capital baiana do Brasil, no entanto, são assistidas, esporadicamente, por consultas rápidas, inadequadas e desumanas de enfermagem e médicas. Vivenciam-se assistência monótona e rápida de aferição de pressão arterial, medição da altura uterina, ausculta de batimentos cardíaco-fetal, descaso profissional frente a relato de queixas, acompanhamento irregular da consulta de pré-natal, medo, perdas, incertezas perante as perspectivas futuras do bebê e infraestrutura precária. Sendo assim, é nítido a não resolutividade da legislação vigente no país frente aos cuidados assistenciais prestados às mulheres encarceradas (Santana et al., 2021).

O direito à presença do acompanhante durante o parto e pós-parto é assegurado pelo SUS, porém, torna-se uma realidade distante da população feminina que se encontram no âmbito penitenciário, geralmente, não ocorre a comunicação e convite a família e/ou parceiro para apoiar e auxiliar neste momento (Sales et al., 2021). Ademais, as presidiárias devem ser acompanhadas

de forma integral e sistemática pelos serviços e equipe de saúde. Por outro lado, a percepção das custodiadas acerca da assistência prestada durante o período gravídico-puerperal, consiste em um serviço desumanizado e frágil devido às condutas errôneas dos profissionais (Ferreira et al., 2017).

As prisioneiras no sistema brasileiro, sofrem com a privatização dos direitos humanos e da justiça. Logo, é explícito que são expostas a condições de má higiene, violência institucional constante, comprometimento da saúde mental e física, nutrição inadequada, julgamentos, preconceitos em casos de homossexualidade, uso de algemas, dificuldade de locomoção extramuros e as gestantes não possuem celas específicas para atender as necessidades durante o período gestacional. Neste ínterim, é necessário um olhar holístico e humano da equipe de saúde na prestação de serviços (Félix et al., 2017; Souza et al., 2018).

O regime de cuidado pré-natal é um serviço restrito às infratoras, colocando em risco a saúde da mãe e bebê, durante a gestação, parto e puerpério (Baldwin et al., 2020). Nessa perspectiva, o crescente índice de IST's, com maior prevalência de sífilis, HIV e sífilis congênita, em mulheres encarceradas é diretamente correlacionado a não e/ou adesão tardia ao pré-natal, bem como, não realização de testes sorológicos, assistência descontinuada, ausência de orientações preventivas, diagnóstico inoportuno e tratamento inadequado, o que acarreta maiores risco de aborto e natimorto (Domingues et al., 2017).

A carência de apoio psicológico e o uso de drogas durante a gestação, está diretamente relacionada a mau desenvolvimento gestacional, parto e condições de nascimento do feto na prisão. Em sua maioria as prisioneiras possuem uma vida de marginalização, marcada por violência e uso de substâncias, como também relatos de abuso sexual, físico e psicológico durante a infância o que acarreta traumas para a vítima. Por essa razão, é essencial a identificação precoce de problemas mentais durante a triagem das prisioneiras, o que possibilita tratamento inicial e uma assistência holística voltada para as necessidades desta mulher (Nair et al., 2021).

No Brasil, de acordo com as literaturas, o enfermeiro é referência na atuação da assistência, mas são sobrecarregados devido a demanda exacerbada da jornada de trabalho e falta de recursos básicos, sendo assim, o serviço humanizado e universal às detentas grávidas é transgredido devido aos obstáculos que os mesmos enfrentam para prestar um atendimento de qualidade (Sales et al., 2021). Nesse ínterim, a estrutura física precária da prisão, por sua vez, é uma barreira que interfere significativamente no acompanhamento qualificado ao pré-natal, o que também intensifica as fragilidades das mulheres vivendo em cárcere (Santana et al., 2017).

## 5. Conclusão

A atenção pré-natal é uma prática de suma importância para a vida das encarceradas e do feto, sendo assim, é imprescindível acompanhamento qualificado e contínuo da equipe multiprofissional à saúde materna-infantil. A assistência de enfermagem ao pré-natal no ambiente prisional, encontra-se em destaque, no entanto enfrentam barreiras que impactam negativamente no serviço de qualidade e humanizado, tornando-se uma questão de saúde pública no Brasil.

As mulheres que vivem em cárcere enfrentam fragilidades que transgridem os direitos previstos pela legislação vigente no país e são expostas a condições de má higiene, violência institucional constante, comprometimento da saúde mental e física, nutrição inadequada, julgamentos, preconceitos em casos de homossexualidade, uso de algemas, dificuldade de locomoção extramuros e não possuem celas específicas para atender as necessidades durante o período gestacional. Essas fragilidades acentuam as vulnerabilidades e acarretam riscos à saúde física e mental das detentas gestantes, sendo essencial assegurar os direitos e a efetiva funcionalidade das leis.

Em suma, deve-se realizar mais pesquisas observacionais que compreendam e relatem as fragilidades enfrentadas pelas custodiadas durante o desenvolvimento gestacional e, estudos que detalhem como ocorre a assistência de enfermagem a estas mulheres. Além disso, é imprescindível a implementação de estágios curriculares durante a graduação de enfermagem no cenário

do sistema penitenciário para estimular o desenvolvimento prático, teórico e holístico do estudante visando oferecer conhecimento em todas as esferas assistenciais e maior viabilidade no futuro profissional.

## Referências

- Araújo, M. M., Moreira, A. S., Cavalcante, E. G. R., Damasceno, S. S., Oliveira, D. R., & Cruz, R. S. B. L. C. (2020). Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, 24(3), 1-7. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>
- Baldwin, A., Sobolewska, A., & Capper, T. (2020). Pregnant in prison: An integrative literature review. *Women and Birth*, 33(1), 41-50. <https://doi.org/10.1016/j.wombi.2018.12.004>
- Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República. (2014). *Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014*. Institui a Política nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 75. <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisional>
- Brasil. Plenário do Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília (DF). <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. Presidência da República. Diário Oficial da União. (2022). *Lei Nº 14.326, de 12 de Abril de 2022*. Altera o § 4º do art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido. Brasília (DF): Diário Oficial da União. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1460352421/lei-14326-22>
- da Silva, A. P., Silva, L. B. R., & Nascimento, M. M. (2021). A importância da assistência de enfermagem às gestantes encarceradas / The importance of nursing care for incarcerated pregnant women. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(5), 22787–22798. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/38085/pdf>
- de Brito Braga, G., Tavares, D. H., Herreira, L. F., Jardim, V. M. R., & Franchini, B. (2021). Condição de saúde das mulheres no sistema carcerário brasileiro: uma revisão de literatura. *sanare - Revista de Políticas Públicas*, 20(1), 115-130. <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1556/790>
- de Lima Rocha, C., Nascimento, K. F., Souza, S. J. P., & Silva, F. B. (2021). Qualidade do pré-natal e puerpério prestado às mulheres em cárcere privado: uma revisão de literatura. *Revista Gestão E Saúde*, 23 (2), 108-1023. <https://doi.org/10.17648/1984-8153-rgs-v2n23-12>
- de Sousa, L. M. M., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Antunes, A. V. (2017). A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. *Revista investigação em enfermagem* 21 (2), 17-26. <http://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>
- Domingues, R. M. S. M., Leal, M. C., Pereira, A. P. E., Ayres, B., Sánchez, A. R., & Larouzé, B. (2017). Prevalence of syphilis and HIV infection during pregnancy in incarcerated women and the incidence of congenital syphilis in births in prison in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(11), 1-15. <https://www.scielo.br/j/csp/a/tCx58cqxWpt8VxDPVNFTYpN/?format=pdf&lang=en>
- Félix, R. S., França, D. J. R., Nunes, J. T., Cunha, I. C. B. C., Davim, R. M. B., & Pereira, J. B. (2017). O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. *Revista de Enfermagem UFPE on Line*, 11(10), 3936–3947. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15187/24357>
- Ferreira, L. S., Moreira, W. C., Nascimento, M. V. F., Sousa, G. N., Sertão, M. A. L., Lago, E. C., & Alencar, D. C. (2017). Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. *Revista Cubana de Enfermería*, 33(4). <http://www.revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/1191/311>
- Jahn, J. L., & Simes, J. T. (2022). Prenatal healthcare after sentencing reform: heterogeneous effects for prenatal healthcare access and equity. *BMC Public Health*, 22(1), 1-9. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13359-7>
- Matos, K. K. C., Silva, S. P. C., & Lima, J. K. S. (2018). Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. *Revista de Enfermagem*, 12(11), 3069-3077. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a235006p3069-3077-2018>
- Nair, S., McGreevy, J. E., Hutchinson-Colas, J., Turock, H., Chervenak, F., & Bachmann, G. (2021). Pregnancy in incarcerated women: need for national legislation to standardize care. *Journal of Perinatal Medicine*, 49(7), 830-836. <https://doi.org/10.1515/jpm-2021-0145>
- Pitanga, À. F. (2020). Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. *Revista Pesquisa Qualitativa*. 8(17), 184-201. <https://editora.sepq.org.br/tpq/article/view/299/201>
- Rodrigues, A. V. S., Araújo, S. S., Guimarães, A. E. A., Silva, S. O. & Leite, C. L. (2021). Assistência de pré-natal em mulheres privadas de liberdade: uma revisão de literatura. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento* 11(08), 185-197. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/assistencia-de-pre-natal>
- Sales, A. C., Nakada, G. K. P., Palombit, M. R., Conceição, V. M., Baldan, S. S., Farão, E. M. D., & Simoneti, R. A. A. O. (2021). Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Revista baiana de enfermagem* 35, 1-12. <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.36114>
- Santana, A. T., Oliveira, G. R. S. A., & Bispo, T. C. F. (2016). Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 40, 38-54. <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/778/1793>
- Sehnm, G., Saldanha, L., Arboit, J., Ribeiro, A., & Paula, F. (2020). Consulta de pré-natal na atenção primária à saúde: fragilidades e potencialidades da intervenção de enfermeiros brasileiros. *Revista de Enfermagem Referência*, 5, 2183-2883. <https://doi.org/10.12707/RIV19050>
- Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional-SISDEPEN. (2022). Mulheres e grupos específicos: período de janeiro a junho de 2022.

Departamento penitenciário brasileiro. <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>

Souza, G. C., Cabral, K. D. S., & Leite-Salgueiro, C. D. B. (2018). Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. *Arq Ciênc Saúde UNIPAR* 22. 55-62. <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240/3563>

World Prison Brief. (2021, Dez). Highest to Lowest - Prision Population Total. [https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field\\_region\\_taxonomy\\_tid=All](https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All)